



PROGRAMA ELEITORAL PSOL BOA VISTA

Setembro/2020

1. INTRODUÇÃO

O Programa surge por meio de um amplo debate entre o coletivo de filiados ao PSOL/BV, fruto da construção coletiva que contempla as visões das diferentes tendências e independentes que atuam no partido, um marco importante para a história do PSOL, no município de Boa Vista. Com este programa o PSOL/BV aponta diretrizes que permitem discutir e enfrentar os problemas político-sociais que formatam as relações históricas do município de nosso município.

A cidade de Boa Vista, capital de Roraima, possui a extensão de 5.687,037 km², localizado na bacia hidrográfica do Rio Branco cuja denominação se dá a partir da junção dos rios Uraricoera e Tacutú, fazem parte desta bacia o rio Cauamé e os Igarapés: Mecejana, Caxangá, Caranã, Waizinho, Frasco, Mirandinha, Pricumã, Igarapé Grande e Paca, dentre outros, muitos já desapareceram em virtude da política de canalização conduzida pela gestão municipal.

Boa Vista, possui aproximadamente 399.213 habitantes (IBGE, 2019), que vivem em 62 bairros (sendo que apenas 56 são reconhecidos pela PMBV), são pessoas oriundas de todas as partes do Brasil, de países fronteiriços e de povos indígenas de várias etnias (com predominância dos Macuxis, Taurepang e Wapixana). Salientamos que o município de Boa Vista é uma terra indígena, onde coexistem 16 comunidades: Truarú da Cabeceira, Serra da Moça, Serra do Truarú, Morcego, Campo Alegre, Bom Jesus, Lago Grande, Milho, Ilha, Vista Nova, Mauixi, Três Irmãos, Vista Alegre, São Marcos, Darora e Aakan

Sua área rural é formada ainda com o Projeto de Assentamento Nova Amazônia, composto pelas glebas Murupú e Truarú, além das áreas de colonização Monte Cristo, Bom Intento, Passarão localizado ao curso da BR 174 norte, ao curso da BR 174 sul, a cidade possui uma área de grandes e pequenas propriedades rurais que se destinam a produção agropecuária ou como áreas de lazer.

O instrumento político que se formula possui um caráter estratégico em torno da construção do poder político aos trabalhadores, primando pelo papel democrático do debate, mas com a tática definida de fortalecer a construção do socialismo, como ferramenta de superação da atual lógica de exploração e exclusão que sofrem os trabalhadores e o povo em geral. Conjuntura que se reproduz em Boa Vista, principalmente por ser uma cidade periférica da construção dos marcos capitalistas, sendo assim, o processo de exclusão aparece de forma mais forte. Potencializando-se desta forma um processo de racismo, que se estabelece em relação aos indígenas e aos negros, apesar de não permear majoritariamente a sociedade se reproduz em posições institucionais ou de partidos e políticos, ganhando destaque na mídia tradicional que se apresenta de forma conservadora e defensora do modelo extrativista de desenvolvimento econômico.

Enfrentar as contradições que impõe aos boa-vistenses sofrimento, dor e exclusão social obriga termos que enfrentar questões essenciais a vida das pessoas, pautando temas que possibilitem uma mudança de rumos diante do índice de mortes de jovens, de violência contra mulheres, suicídio, acesso a serviços públicos, geração de trabalho, distribuição de renda e fortalecimento das organizações populares, principalmente aquelas que se conformam no campo da produção e da agricultura familiar.

Sendo um documento que nos diferencia nesta eleições e nos lembra as razões de fazermos política em torno da luta por uma sociedade justa, socialista e democrática. Entendemos que para isso, o mote de primeira ordem, é preciso defender abertamente: Fora Bolsonaro e Mourão! Fora Denarium. Defendemos o povo. Defendemos a vida.



Nossas bases estão na rejeição à política de conciliação de classes. Lutamos pela superação do capitalismo

Rejeitamos veemente um projeto de sociedade em que as vidas humanas estejam na disputa entre o “bem viver” ou produzir acúmulo de riqueza. Repudiamos organização do modo de produção da vida que divide a sociedade em duas classes fundamentais, como no Brasil, na qual existem 42 bilionários que aumentaram suas riquezas, em 17% apenas durante o período da pandemia, passando de US\$ 123,1 bilhões para US\$ 157,1 bilhões, enquanto a maior parte da população está desempregada e vivendo em péssimas condições. Dados indicam que 49,5% (menos de 50%) do povo em idade de trabalhar, no trimestre encerrado em maio, tinham ocupação, fato que ocorre pela primeira vez, desde 2012, de acordo com membros da PNAD.

Em sua fase neoliberal, o capitalista, através de seus representantes no governo e no Congresso Nacional mata, seja com a superexploração humana, guerras ou com o desvalor de vidas negras, indígenas, das mulheres, jovens e pobres. Rejeitamos um projeto de estado que nas suas constantes crises, seja econômica ou sanitária, coloca a população mais pobre para arcar com os prejuízos, ao virar as costas ao trabalhador e optar por salvar banqueiros injetando bilhões de reais nos bancos sob a justificativa de “salvar a economia”, largando à própria sorte o pequeno comerciante, autônomos, trabalhadores(as) informais e estudantes. (Esse parágrafo incluído só será analisado se for adotado a alteração no parágrafo anterior. Se for mantido o texto original este parágrafo não seria analisado)

A garantia de um programa de renda mínima é essencial em um país que apresenta a desigualdade de forma tão acirrada como o Brasil. Localidades da periferia do sistema produtivo capitalista, como é a cidade de Boa Vista, sofre em demasia com a dificuldade de renda que garanta o mínimo de dignidade humana às famílias. Em Boa Vista 35,5% das pessoas sobrevivem com menos de meio salário mínimo, portanto a defesa de um programa de renda básica, capitaneado pelo Governo Federal e complementado pelo Governo do Estado e gerido pelo município é essencial a defesa da vida, enquanto não superamos este sistema excludente.

É perceptível que uma política de conciliação de classes deve ser rejeitada quando se analisa de forma franca e transparente os problemas que nos trouxeram até aqui tendo essa estratégia como norte. Não dá mais pra deixarmos que as negociações com os mais ricos definam os rumos da vida da maioria da população. Negociações que quando os mais ricos decidem não querer mais, suspendem seus acordos, saem com enormes vantagens financeiras e o povo continua exatamente como estava antes: largados à própria sorte, na miséria.

Somente com a superação das contradições do capitalismo e com a radicalização da democracia participativa é que conseguiremos efetivar as transformações que almejamos para a construção de uma sociedade mais justa, aliando os princípios democráticos junto ao socialismo. Temos consciência que o caminho para efetivar essas transformações se dão no seio da organização das trabalhadoras(es) junto com os movimentos sociais e com contínua formação política.

Análises conjunturais: os efeitos do neoliberalismo nas vidas humanas

Antes mesmo de sentirmos os efeitos perversos da crise sanitária em Boa Vista causados pela pandemia do SARS-COV 2, já sentíamos na pele os fenômenos da política neoliberal que são praticados pela prefeitura: descaso programático com a saúde pública, educação e meio ambiente; ausência de política (s) pública (s) efetivas: de combate contra as violências e preconceitos; ausência de políticas públicas para juventude e de geração de emprego e renda; silêncio absoluto sobre as causas indígenas e as invasões de garimpeiros em Terras Indígenas, bem como em relação a imigração venezuelana., a qual a gestão municipal quis se afastar transferindo responsabilidades a outros entes federados.

Os problemas de nossa cidade são decorrentes das contradições do modo de produção capitalista que foram acirradas pela Pandemia da Covid-19 atingindo, sobretudo as pessoas mais pobres que moram nas cidades. Cabe salientar que Em Boa Vista, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), governa a cidade há mais de 24 (vinte e quatro) anos, sem resolver os principais problemas dos moradores, destacamos:

- a)** A política sanitária que não garante acesso aos serviços de atenção primária, além de não fortalecer ações de prevenção e promoção da saúde, bem como da vigilância em saúde que oportunizaria um enfrentamento responsável e adequado diante das diversas epidemias que nos assolam a exemplo da Dengue, Zika e Chikungunya, Malária, Doenças diarreicas, hepatites e doenças sexualmente transmissíveis. Hoje somos assolados por uma síndrome gripal virulenta que impõe a morte boa-vistenses, sem uma política clara de enfrentamento pela saúde municipal e estadual;
- b)** A Pandemia decorrente do Sars-Cov-2 contribuiu para revelar a precariedade das políticas públicas de proteção integral à saúde: falta de medicamentos básicos nas unidades básicas de saúde e ao tratamento da Covid-19, falta de profissionais que atendam as demandas nos estabelecimentos de saúde, falta de Equipamentos de Proteção aos servidores, mostrando a profundidade da crise, associada à retirada de direitos e a precarização da vida dos que vivem do trabalho, como o ataque a Previdência Pública e outros direitos dos servidores municipais.
- c)** A Mobilidade Urbana é outra política pública não enfrentada pela gestão municipal fundamenta a lógica de movimentação de pessoas por meio do transporte individual, a gestão de Teresa Surita sempre privilegiou um sistema de transporte público monopolizado, estruturado por meio de uma concessão para duas empresas de ônibus, cujos trajetos cobrem a integralidade da cidade e muito menos disponibiliza ônibus em horários que contemplem os trabalhadores (principalmente aqueles que necessitam trabalhar no período noturno), além das autorizações de circulação de lotações que consistem em uma política de proprietários de alvarás que contratam os “co-pilotos”. Inexistindo um plano de mobilidade que permita acesso e diminua a emissão de gases. Agora quer a Prefeitura privatizar o espaço público (as ruas) repassando a gestão de estacionamento público para uma empresa privada que cobraria pelos serviços, penalizando e retirando do trabalhador mais recursos do salário de fome que a maioria de nós recebemos;
- d)** A gestão ambiental é feita sem a participação popular, carecendo de políticas públicas para a proteção do meio ambiente e o para planejamento urbano a longo prazo, que rompam com a lógica burocrática ao serem feitas em gabinetes e/ou privatista que atendam anseios do setor

imobiliário. O que se constata é a ausência de estrutura para a prática de fiscalização e de normas para agir em casos de danos ambientais provocados por empreendimentos privados ou públicos a exemplo do que ocorre com a Usina Termoeletrica no bairro Jardim Floresta; loteamentos historicamente ocupam áreas de preservação permanente; omissão no cumprimento da legislação de resíduos sólidos, na sua integralidade, perpetuando a ausência de coleta seletiva domiciliar e um lixão como destino final dos resíduos gerados na capital. Além da existência de vários pontos de descarte irregular; há uma total falta de planejamento integrado entre governo e prefeitura, na perspectiva ecológica, prevalecendo o sistema de multas. No âmbito do saneamento básico (água, esgoto e drenagem), detecta-se frequente transbordamento de esgoto sanitário, lançamento de resíduos sólidos nos igarapés da cidade, além de uma política danosa de drenagem que canalizam nossos igarapés permanentes e a cobertura dos temporários e das lagoas que causam alagações, principalmente durante o período de chuvas, além de destruir as fontes de águas, muitos dos igarapés que drenavam a cidade já desapareceram outros estão em vias de desaparecerem, muitos tiveram partes que foram apropriadas privadamente ao longo da história. Isso só revela a ação devastadora do meio ambiente que vem acontecendo há décadas.

e) A política de moradia popular precisa ser implantada em Boa Vista, através de um Plano Diretor participativo, fundado em um macrozoneamento capaz de superar o déficit de moradia, na perspectiva de vivencia na cidade, como um bem coletivo e com preservação do patrimônio físico e biótico. O direito de moradia deve estar vinculado à construção de habitações com habitabilidade e de infraestrutura, tais como: segurança, acessibilidade, custo acessível, acesso a água potável, sistema de esgoto, escola, UBS, entre outros, fazendo cumprir a função social da propriedade. Ademais, entendemos que nossa cidade não pode continuar crescendo de forma excludente população de baixa renda, vem ocupando os espaços distantes dos serviços públicos essenciais. Portanto necessitamos que as moradias sejam construídas nos espaços vazios destinados a exploração imobiliária;

f) A ausência de fortalecimento da economia solidária também é um tema que a atual gestão municipal não propõe nenhuma ação. Milhares de boa-vistenses sobrevivem por meio de arranjos de economia solidária que precisam ser fortalecidos, a fim de que possamos garantir uma melhor qualidade de vida as pessoas;

g) A ausência no fortalecimento de políticas públicas de proteção social, por parte da prefeitura. Hoje milhares de boa-vistenses sobreviverem da economia informal. O cenário se agrava diante da realidade objetiva do desemprego e subemprego e da precariedade dos programas de renda mínima do governo federal e do estadual. Assim, constata-se falta de participação da prefeitura no que tange a programas de geração de emprego e renda, condições indispensável a superação de vulnerabilidade de muitas famílias, portanto defendemos: a) defendemos políticas públicas de proteção econômica e social para mulheres (responsáveis por famílias monoparentais), que em sua maioria exercem sobreposição de jornadas de trabalho; b) para indígenas que são invisibilizados e atacados por preconceitos em função de suas culturas e relações em defesa da natureza; c) para imigrantes que vivem em grande maioria como párias na cidade de Boa Vista; d) assim como outros segmentos sociais, culturais e sexuais, como as pessoas dos grupos LGBTIQi+.

h) A política educacional municipal é expressiva da concepção de gestão autoritária, cujo planejamento se dá sem a participação do conjunto dos agentes educacionais, adota-se um modelo de currículo verticalizado, diretores são escolhidos de acordo com critérios alheios a comunidade escolar, escolas sem política que assegure creches para os filhos dos funcionários. Para nós a política de educação precisa ser fruto da participação coletiva que inclua todos os envolvidos na perspectiva de construção de um projeto político pedagógico emancipatório, fundamentado na gestão democrática da educação, em todas as instâncias, que assegure a universalização da educação infantil e do ensino fundamental, para crianças adolescentes, jovens e adultos. Reafirmamos nossa defesa da educação pública e gratuita, universal e laica e lutamos contra sua mercantilização e privatização. Enfatizamos a valorização dos trabalhadores em educação, o direito a creche, no local de trabalho e um currículo que respeite as diversas realidades socioculturais que formatam nossa sociedade. Salientamos nossa posição contrária à política de ensino remoto adotada que não leva em conta a realidade dos professores, famílias e principalmente as condições dos alunos, excluindo de forma velada, alunos com necessidades especiais e alunos que não possuem equipamentos tecnológicos necessários. Por motivos de saúde pública, somos contrários à retomada das aulas presenciais sem a garantia de uma vacina. #SemVacinaSemAula.

i) A falta de transparência é uma das características da gestão do MDB e seus aliados, na prefeitura de Boa Vista, observa-se a falta de demonstração clara e objetiva da gestão pública e dos gastos públicos, em todos os setores, incluindo os contratos com empresas que prestam serviços, o que contribui para a ineficácia da gestão pública, de práticas corruptas, do clientelismo e do privatismo (loteamento de Cargos (loteamento de Cargos)). Diante deste cenário destrutivo da cidadania, defendemos a democratização da gestão pública, na lógica de superação do proselitismo político dos encontros com os “subalternos”, realizados pela atual gestão, através da discussão e elaboração de políticas públicas de forma participativa, envolvendo as organizações sociais dos trabalhadores e trabalhadoras, dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, culminando com o orçamento participativo, onde a povo organizado, define suas demandas e as prioridades de investimento dos recursos públicos, para tanto a cidade deverá dividida por regiões. Esse processo permite superar os gastos desnecessários. Nos posicionamos contra qualquer política de privatização de serviços ou espaços públicos na cidade de Boa Vista.

A crise sanitária e econômica imposta pela epidemia do SARS-COV-2 exigirá um Estado indutor das garantias mínimas de sobrevivências para largas parcelas do povo, bem como necessitaremos de uma gestão que possibilite a indução de emprego e distribuição de renda. Vimos claramente neste momento que enfrentamos no país que os Governos não priorizam a vida, permitem que seu povo morra sem amparo, tendo muitos que tentar sobreviver sem as mínimas condições existenciais, cerceada pelo sistema econômico que ordena nossa organização social. Presenciamos o quanto o capitalismo é desumano, leitos privados vazios, enquanto pessoas morrem sem o direito de respirar.

Portanto é importante reafirmar o papel decisivo que o Estado e a gestão pública terão no desenvolvimento da garantia da qualidade de vida do povo, necessitando que restrições de investimentos a gastos sejam suspensas, a fim de podermos priorizar a vida, inclusive com políticas de



estatização de empreendimentos privados que venham a ser fechados e possuam papel estratégico à geração de empregos.

Em Boa Vista precisamos fortalecer a geração de empregos por meio de mutirões comunitários, utilizando associações, cooperativas e todas as formas de economia solidária, a fim de garantir acesso a renda. Devemos também priorizar a reorganização dos serviços de saúde de responsabilidade municipal que se demonstraram insuficientes e indutores de desassistência.

Ações, reivindicações e caminhos de enfrentamento ao Município de Boa Vista

É difícil estabelecer com um fim único e certo os mais de três séculos de exploração, abusos e descasos que marcam a História de Roraima. Não é possível esgotar em um programa todos os problemas políticos-sociais que nossa cidade enfrenta. Mas, traçamos aqui considerações que vemos como caminhos de enfrentamento aos principais problemas que a população boavistense enfrenta cotidianamente:

1) Enfrentar efetivamente o machismo, a LGBTfobia, xenofobia e todos os preconceitos que segregam, violentam e matam

➤ Combate a toda e qualquer forma de comportamento, estatal ou privado, que leve a discriminações e reforce opressões de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, religião, idade, nacionalidade, de imigrantes e pessoas com deficiência.

2) Educação: gestão democrática, respeito a autonomia docente e condições de trabalho aos profissionais da educação

- Realização da eleição direta para os gestores escolares;
- Valorização dos trabalhadores em educação;
- Condições de trabalho e formação adequada aos cuidadores;
- Garantia de creches populares;
- Fortalecer a marca de cidade universitária priorizando o desenvolvimento de nossas instituições de ensino, criando condições para a implantação de centros de pesquisa em Boa Vista;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Educação na perspectiva de compromisso com a escola pública, gratuita, laica, democrática e emancipatória;
- Construção com a participação da comunidade escolar do projeto educacional público do Município de concepção emancipatória e de escolas de tempo integral;
- Lutar pela ampliação do orçamento da prefeitura para a educação pública visando aumentar a oferta de vagas na educação infantil, no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos;
- Valorização da educação indígena;
- Valorização dos trabalhadores em educação, melhorando as condições de trabalho, salários e respeitando a autonomia docente;
- Incorporar a GID e a GIC (Gratificação de Incentivo à Docência) e Gratificação de Incentivo aos Cuidadores;
- Assegurar os temas de forma transversal nos currículos escolares do ensino fundamental e EJA: meio ambiente (educação ambiental), violência contra as mulheres, educação sexual, racismo e a LGBTfobia;

- Por motivo de saúde pública, somos contrários à retomada das aulas presenciais #SemVacinaSemAula;
- Incentivar e respeitar a organização autônoma dos alunos nas escolas;
- Abertura das escolas como espaço de uso da comunidade para programas de arte, lazer, esporte e tecnologia visando uma formação integral das crianças, adolescentes e da juventude;
- Garantia da educação sexual nas escolas, educação ambiental como política de formação integral de acordo com o desenvolvimento dos educando;
- Garantia de uma educação que aborde a questão da prevenção ao uso de drogas de forma interdisciplinar, particularmente com o eixo ciências e suas tecnologias;

3. Criança e Juventude: vida digna, respeito e condições materiais para formação

- Direito à educação de qualidade e emancipatória;
- Construção de políticas de permanência na escola;
- Abertura das escolas como espaço de uso da comunidade;
- Acesso à arte, cultura, lazer, esporte e tecnologia para uma formação integral e digna desde os primeiros anos de vida;
- Políticas públicas que visem combater o abuso sexual infantil, o trabalho infantil e violências psicológicas;
- Fortalecimento e democratização das ações do CCTI, como ferramenta de inclusão digital de crianças e adolescentes.
- Fortalecer o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
- Criar o Conselho Municipal da Juventude participativo capaz de ser um elemento de formulação das políticas para a juventude atendendo a diversidade cultural existente;
- Desenvolver parcerias com a Procuradoria da Infância e Juventude que ampliem o combate do abuso sexual, o trabalho infantil e violências psicológicas;
- Fortalecimento e democratização das ações do O Centro de Inclusão Digital como ferramenta de inclusão digital de crianças e adolescentes;
- Investir na criação de espaços culturais para a juventude, para a realização de atividades culturais, formações e reuniões;
- Investir em circuitos culturais e iniciativas de promoção de cultura nos bairros, na perspectiva de criação estímulos para o desenvolvimento econômico e a geração de trabalho e renda nesta área;
- Construir cursinhos populares em áreas estratégicas do município, ocupando os espaços dos prédios públicos;
- Criar estratégias integradas entre educação e o sistema de saúde para envolver jovens no cuidado com a saúde e atender jovens lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis;
- Garantir o acesso à internet em todos os equipamentos públicos, ampliando o programa banda larga;
- Criar o programa de formação profissional, através de parcerias com faculdades e/ou IFRR e outros sistemas de formação;
- Criar o programa de inserção do jovem no mercado de trabalho, assegurando a continuidade nos estudos.

4. Saúde: investimento na saúde preventiva, transparência com recursos públicos, condições e valorização do trabalho aos profissionais da saúde

De acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde e outras instituições científicas e/ou experiências:

4.1. Política sanitária de combate ao contágio do Coronavírus (Sars-CoV-2):

- Campanha Educativa através dos meios de comunicação visando evitar aglomerações e fortalecer o isolamento social;
- Sanitização (aplicação do quaternário de amônio) a ser aplicado em ruas, em praças e outros logradouros;
- Educação e distribuição de máscaras em associações de moradores e outros movimentos sociais;
- Testagem em maior nível possível na perspectiva de identificar a circulação do vírus e poder fazer a prevenção e o tratamento com eficiência;
- Congelamento de preços de todos os produtos e serviços nos setores relacionados à saúde, higiene e limpeza, garantindo que os valores se mantenham anteriores ao início da pandemia. Assim como de todas as mercadorias de primeira necessidade que sofram especulação;
- Criação no âmbito do Hospital de Campanha de espaço para isolamento dos cidadãos que apresentarem sintomas da Covid-19, no sentido de que não fiquem em suas casas, se não houver condições que garanta o isolamento.
- Funcionamento das unidades básicas de saúde durante as 24 horas;
- Garantia de acesso ao protocolo medicamentoso a todos os pacientes que apresentem sintomas do SARS-COV-2;
- Critérios técnicos e científicos para abertura de serviços que apliem a circulação de pessoas;

4.2. Política sanitária de enfrentamento as endemias;

- Campanha Educativa através dos meios de comunicação, priorizando evitar criadouros do mosquito Aedes aegypti;
- Ampliar a estratégia de saúde da família para fortalecer as visitas às residências e levar orientações sanitárias;

4.3. Política de atenção integral e básica de saúde nas Unidades Básicas de Saúde:

- Ampliação da estratégia saúde da família (Hoje a capital só dá cobertura a 62% da população sem computar os venezuelanos que aqui estão morando)
- Controle pelo Conselho Municipal da Saúde na aquisição, distribuição dos produtos farmacêuticos e médico-hospitalares, para garantir o atendimento às demandas e sua justa distribuição ao povo, assim como evitar desvios e corrupção e criação dos conselhos locais de saúde para democratizar a gestão de nossos estabelecimentos de saúde;
- Criação do programa farmácia popular para dispensa de medicamentos essenciais a vida e que integrem o Plano de Assistência Farmacêutica de Boa vista;
- Ampliação dos serviços atenção secundária na capital, preconizando a adoção de serviços específicos conforme os critérios epidemiológicos;
- Repasse da gestão do Hospital Santo Antônio para o Governo do Estado de Roraima, liberando recursos para atenção primária (UBS) e atenção secundária (consultas e exames especializados);
- Assumir os serviços do Coronel Mota e das UPA Cosme e Silva, Implantar mais 2 UPAS na capital;
- Criar o programa de Atenção à Saúde Rural no âmbito de Boa Vista;

5) Política de saneamento básico e meio ambiente;

- Criação do Conselho Municipal de Saneamento e Meio Ambiente;

- Criação do Fundo Municipal de Saneamento;
- Compromisso com a estruturação da política de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico;
- Garantir acesso universal a água tratada na área urbana de Boa Vista e criar políticas específicas para área rural;
- Implantar a Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos priorizando a inclusão de catadores de materiais recicláveis e das cooperativas de reciclagem;
- Implantação da usina de compostagem da cidade de Boa Vista priorizando ações cooperadas para sua implementação;
- Reorganizar o sistema de drenagem a fim de evitar os constantes alagamentos;
- Criar uma política de preservação e conservação de nosso manancial urbano, incluindo a remoção de pessoas de áreas de risco para conjuntos habitacionais construídos nas mesmas localidades que estas residem;
- Implementação efetiva do Estatuto da Cidade;
- Programa de arborização em parcerias com a UFRR e o IFRR na perspectiva de redução do calor e melhoria da qualidade do ar;
- Criação de um Parque Municipal de Plantas Nativas Regionais em parcerias com a UFRR e o IFRR;
- Implantação do Selo de Inspeção Municipal para facilitar a comercialização de produtos orgânicos feitos pelos pequenos produtores de Boa Vista;
- Desenvolver ações culturais em parcerias com escolas, faculdades através de concursos literários, teatrais e de audiovisual para desenvolver a consciência ecológica.
- Preservação de nossos recursos hídricos, restringindo obras que impermeabilizem o solo, através de normas e fiscalização;
- Criação de uma política de recuperação e preservação das nascentes e curso d'água, para tanto é preciso implementar o tratamento do esgoto de acordo com as normas ambientais;
- Incentivar e proporcionar apoio técnico para que a zona rural seja zona livre de agrotóxicos e transgênicos;
- Implementar programa municipal de Proteção do Rio Branco e do Rio Cauamé em parcerias com a UFRR e o IFRR.

6) Política de habitação e moradia

- Criar uma política de moradia que permita em 6 anos solucionar o déficit habitacional na área urbana, após auditoria dos cadastros da política habitacional do município e levantamento das demandas de moradias populares junto às organizações representativas;
- Construção de moradias populares nos espaços vazios hoje, destinados à exploração imobiliária;
- Regularização de empreendimentos populares;
- Desapropriação e aquisição de habitação de interesse social;
- Construção de habitação de interesse social nos assentamentos;
- Participação dos movimentos sociais na definição e fiscalização de programas de habitação popular, possibilitando inclusive o desenvolvimento de empreendimentos de forma descentralizada.
- Restringir o processo de ocupação urbana das margens de nossos mananciais, utilizando-as de forma autossustentável, principalmente como áreas de lazer.
- Implementar IPTU progressivo e demais mecanismos do Estatuto da Cidade; Priorizando um código tributário que reduza tributos e amplie arrecadação, tendo como fundamento a progressividade da aplicação;

- Garantir acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em todos os empreendimentos de moradia na cidade de Boa Vista;

7) Políticas de assistência econômica e social: emprego e renda

- Criação de programas de inclusão social para crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade, vinculando atenção às famílias atendidas por programas sociais de renda, a fim de garantir contra turno escolar as crianças e adolescentes com acesso a teatro, música, cinema e formação profissional, levando em consideração a participação das comunidades na construção desses programas e priorizando áreas que possibilitem inserção da alta tecnologia;
- Programa de valorização da micro e pequena empresa na compra de produtos para o município e através de financiamento de suas demandas, através da instituição do Banco Público da Economia Solidária e Resistência, Priorizando aquisições de sistemas de consórcios ou cooperativas de produção, incentivando o combate ao uso de agrotóxicos.
- Programa de atenção às demandas de vendedores ambulantes, artesãos e Microempreendedores Individuais (MEI);
- Instituir práticas de cuidado coletivo, como hortas, lavanderias públicas, banheiros públicos e restaurantes comunitários garantindo acesso à higiene e alimentação às populações mais vulneráveis;
- Assegurar Políticas públicas emergenciais focadas no investimento para a produção de alimentos, com incentivo a pequenos(as) agricultores(as) familiares e sem-terra para a disseminação da produção agroecológica nas localidades, reduzindo impacto logístico e garantindo aquisição dos produtos para abastecimento dos serviços públicos municipais, criando desta forma ciclos produtivos;
- Desenvolver parcerias que permitam a industrialização da produção agrícola por sistema de cooperativas compostos exclusivamente por agricultores familiares e trabalhadores;
- Incentivar e fortalecer feiras de pequenos agricultores, produtores orgânicos e agroecológicos, em especial nas áreas públicas como parques;
- Construir Casas de Passagem que atendam as famílias que chegam de zonas rurais para realizar tratamento de saúde;
- Criação de 2 restaurantes populares.

8) Transparência e gestão democrática.

- Criar e respeitar os Conselhos Municipais como espaço legítimo de fiscalização, controle e formulação de políticas públicas;
- Realizar Auditoria das Contas Públicas da Prefeitura;
- Concurso Público para ocupação de Cargos e Empregos;
- Revisão do Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos servidores municipais, valorizando o servidor;
- Tornar transparentes todas as informações da administração municipal, usos dos recursos públicos, contratos e licitações;
- Criação do Orçamento Participativo;
- Criação do Banco do Público da Economia Solidária e Resistência.
- Criar Conselhos populares para fortalecer a participação popular e fortalecer a democracia participativa.

9) Mobilidade humana . O transporte Público e alternativos.

- Criação do Conselho de Transporte Público;
- Tarifa zero para estudantes cujas famílias vivem de programas sociais;
- Estudo e Planejamento para criação do sistema estatal de transporte público;
- Ampliar uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiências e mobilidade reduzida, com calçadas e travessias acessíveis e adequadas;
- Estabelecer normas que visem superar a longo prazo a política de fornecimento de alvarás de taxis para grupos de empresários, fortalecendo o táxi individual;
- Incentivar porta-bicicletas na frente de empresas;
- Incentivar projetos de educação no trânsito, com foco nos públicos mais vulneráveis, em especial, os pedestres, os idosos, os motociclistas, os ciclistas e os jovens condutores.
- Criar política de transporte de coletivo que utilizem uma estrutura intermodal e estabeleça o uso de BRT ou VLT, como estratégia da redução da circulação de veículos;

10) Terras indígenas e mineração

- Não apoiar nenhuma proposta de mineração em terras indígenas no âmbito do município de Boa Vista;
- Construir em conjunto com as lideranças indígenas programas de autosustentabilidade que permitam a valorização cultural, acesso a políticas públicas e melhoria da qualidade de vida;
- Desenvolver parcerias com a SESAI para melhorar a assistência básica de saúde às comunidades indígenas;

11) Ecosocialismo para salvar a Amazônia

- Priorizar o apoio ao desenvolvimento de iniciativas que preservem o meio ambiente e valorize a qualidade de vida de nosso povo;
- Fortalecer ações de ecoturismo que não agrida nossa fauna e flora;
- Potencializar a eliminação do uso de agrotóxicos na produção agrícola da cidade de Boa Vista, por meio de parceria e estudos juntos as instituições de pesquisa;
- Avaliar a produção de impressos publicitários institucionais desnecessários que culminam com produção de lixo;
- Desenvolver estudos do uso de transporte coletivo que use fonte de energia limpa;
- Diminuir as queimadas em Boa Vista;

12) Cultura: Valoração da pluralidade cultural de nosso povo.

- Fortalecimento da FUTEAC (Fundação de Turismo, Esporte e Cultura), como estrutura gestora da Cultura e Esporte assegurando a participação democrática dos movimentos sociais e da sociedade civil;
- Criação de festivais internacionais (audiovisual, indígena, literatura, música e teatro). Transformar Boa vista em uma cidade cultural;
- Fortalecer os espaços de desenvolvimento de atividades físicas, esportes e apresentações culturais;
- Criar programas para desenvolvimento cultural de nossas comunidades, por meio de diálogo permanente do Conselho Municipal de Cultura;
- Fortalecer o São João e outras festividades tradicionais como meio de valorização turística da cidade;

- Criar um plano de turismo que permita a integração das diversas práticas turísticas que a cidade de Boa Vista possibilita;
- Construção de centros culturais pluriétnicos para promoção de diversas culturas da cidade;
- Valorização da cultura material e imaterial de nossa cidade;
- Lutar para aumentar recursos para a cultura;
- Valorização da pluralidade cultural do nosso povo;
- Incentivar a criação de museus culturais para preservar a memória cultural da cidade e de seus habitantes;
- Implementar políticas de valorização de nosso patrimônio material, imaterial e cultural, dentre estes do centro histórico da cidade em parcerias com as instituições públicas de ensino superior
- Formar parcerias com o governo do estado para restaurar prédios históricos que estão sendo destruídos, teatro Carlos Gomes, Museu de Roraima, dentre outros;
- Fomentar e incentivar a produção cultural da juventude, observando sempre o valor das tradições culturais populares;
- Fim da cobrança pelo uso do espaço público para eventos culturais de artistas locais;
- Criação de um jornal e de um canal de televisão da cidade;
- Terminar com burocracias exigidas para artistas e produtores culturais locais que desejem realizar atividades autônomas nos espaços públicos;
- Pagamento de artistas e grupos locais que realizam trabalhos para atender programas culturais pela Cultura;
- Estudos para criação de Pontos de Cultura Populares;
- Tornar transparentes os recursos para a cultura;
- Proposição de uma Lei de Fomento as produções culturais locais;
- Apoio as manifestações culturais, tais como: Quadrilhas, movimentos de ruas, grupos de HipHop, produção de Grafite, manifestações culturais indígenas, dentre outras;
- Criação de espaços culturais nos bairros de Boa Vista;

13) Políticas estruturantes

- Redefinição do código de postura do município de Boa Vista, potencializando a cidade como um espaço social e não mercadológico;
- Auditoria de todos os contratos públicos vigentes e das dívidas adquiridas;
- Criação de um Plano de Mobilidade que priorize a estatização do transporte coletivo e garanta o direito de ir e vir;
- Protagonizar a criação de consórcios públicos para aquisição de insumos e serviços;
- Criação do Orçamento Participativo e Popular como ferramenta de democratização da gestão pública com gestão por conselhos populares;
- Definição geográfica da cidade por distritos administrativos, como meio de descentralizar a gestão pública. Garantindo a criação de conselhos populares nestas áreas para democratizar a gestão pública;
- Implementação da Zona de Processamento de Exportação priorizando pequenas indústrias e o setor de alimentos;
- Adoção de uma política tributária progressiva que amplie arrecadação e diminua tarifas;
- Garantia de um programa de valorização do serviço público, por meio de programa de qualificação e remuneração. Criando a mesa permanente de negociação;



- Criação do Conselho Gestor do Município de Boa Vista que possuirá a responsabilidade de propor os grandes programas e enfrentar as crises. Uma forma de democratizar a gestão pública; Fortalecer o papel dos conselhos de controle social existentes
- Criar canais efetivos de transparência com os gastos públicos;
- Aprova o novo Plano Diretor de Boa Vista;

PSOL 50 DIRETÓRIO BOA VISTA